

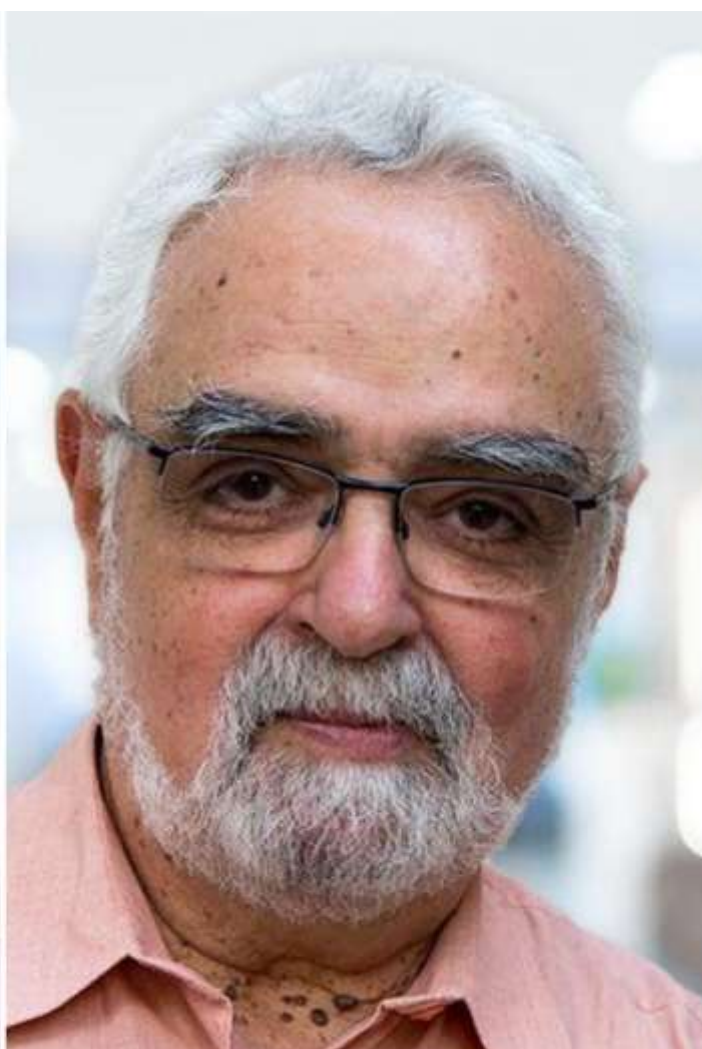


PUBLICIDADE

# Renúncias fiscais: prerrogativa dos Legislativos

Rodrigo Keidel Spada e José Roberto Soares Lobato\*

28 de agosto de 2020 | 07h30





Rodrigo Keidel Spada e José Roberto Soares Lobato. Fotos: Divulgação

O conteúdo do Projeto de Lei nº 529/2020, enviado pelo Executivo paulista para a Assembleia Legislativa do Estado nos remete à fatídica fala gravada do ministro Ricardo Salles quando fez referência a passar boiada com a porteira aberta pela pandemia.

No caso do projeto do governo paulista, podemos considerar como uma boiada grande e com possibilidades de trazer enormes prejuízos. Diante de um projeto encaminhado em caráter de urgência, composto por 72 páginas, um ofício de encaminhamento, um ofício conjunto SEFAZ/SPOG, 69 artigos, 5 disposições transitórias e 3 anexos, o governo que se quer democrático, a falha é inadmissível e pede esclarecimentos.

Um “boi” perigoso desse pacote tenta se esconder num artigo solitário, o artigo 24, no qual o Governo do Estado destitui da Assembleia Legislativa uma competência que a Constituição Federal lhe atribui em caráter indelegável. Boi desse tamanho, por mais que se esgueire, não consegue esconder seus chifres. Vejamos:

Artigo 24 – Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – renovar os benefícios fiscais que estejam em vigor na data da publicação desta lei, desde que previstos na legislação orçamentária e atendidos os pressupostos da Lei Complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000;  
II – reduzir os benefícios fiscais e financeiro-fiscais relacionados ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, na forma do Convênio nº 42, de 03 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ e alterações posteriores.

Parágrafo Único – Para efeito desta lei equipara-se a benefício fiscal a alíquota fixada em patamar inferior a 18% (dezoito por cento).

Discretamente, o que esse artigo propõe é uma autorização da Assembleia Legislativa para que o Poder Executivo faça aquilo que lhe aprovar em matéria tributária; ou seja, abre mão da competência expressa no artigo 150 da Constituição Federal de “impor ou reduzir tributo sem que lei o estabeleça” que o Constituinte desejou ver restrita e indelegável ao Poder Legislativo.

Por mais que se procure no texto do projeto a redução linear de 20% nas renúncias fiscais alardeada para a imprensa, não encontraremos no texto. Uma alegação possível é que será consequência direta da aplicação do Inciso II do referido artigo 24. Tal desejo manifesto do Governo só ficará assegurado se estiver expresso no texto. Observação a se fazer é que dessa redução estejam excluídos os subsídios nos produtos da cesta básica para permitir ao Projeto de Lei atingir o alegado objetivo de defender parcelas mais carentes da população.

Como previsto na Constituição Cidadã de 1988, é imperativo que os Poderes Legislativos detenham o poder constitucional de impor ou reduzir tributos e, ao mesmo tempo, fazer o acompanhamento técnico dos resultados dos subsídios concedidos e das suas contrapartidas.

Da forma como está, o Projeto de Lei nº 529/2020 trará enormes danos ao Estado:

1) crescimento do contencioso, já que tal inconstitucionalidade será reclamada judicialmente;

2) aumento do risco jurídico, pois os bons contribuintes são desestimulados a realizar investimentos de longo prazo no Estado. Esses serão prejuízos de natureza econômica, mas não os únicos, nem os maiores.

Projeto de lei como esse exige repúdio vigoroso e imediato, pela sociedade paulista e pela Assembleia Legislativa do Estado, pela ameaça que constituem diante da sanha política desse ou de qualquer outro próximo Governo do Estado. A proteção é necessária. Nem o nosso ministro do Meio Ambiente ousou tanto.

**\*Rodrigo Keidel Spada, presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) e da Associação dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp).**

**\*José Roberto Soares Lobato, economista, agente fiscal de rendas do Estado de São Paulo, ex-coordenador da Administração Tributária Adjunto, diretor de Assuntos Estratégicos da Afresp, coordenador do Movimento Viva.**

## MAIS NA WEB



PUBLICIDADE

**Instagram like notification**

FreePik

[Go Premium](#)

PUBLICIDADE

**How to shop on Amazon without paying Amazon prices**

Wikibuy

PUBLICIDADE

**Arizona Launches New Policy For Car Used Less Than 50 Miles/Day**

Comparisons.org

[Learn More](#)

## RECOMENDADAS PARA VOCÊ



**Post distorce decisão do STF sobre ressarcimento aos cofres públicos em casos de corrupção**



**É falso que molhar a cabeça primeiro no banho aumente o risco de ataque cardíaco**



**Juiz coloca 23 no banco dos réus por desvios de R\$18 milhões na Saúde do Maranhão revelados na Operação Pegadores**

## DESTAQUES EM POLÍTICA



**STJ afasta Wilson Witzel do governo do Rio e manda prender pastor Everaldo e Lucas Tristão**

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, **Cauê Macris** (PSDB), recebeu uma manifestação subscrita por 15 ex-secretários de Justiça do Estado que decidiram se unir para marcar oposição ao projeto de lei apresentado pelo governador **João Doria** (PSDB) que prevê a extinção de autarquias estaduais como estratégia para reduzir gastos na pandemia de covid-19. Entre as unidades administrativas a serem cortadas está a **Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo** (Itesp), movimento que é contestado no documento.

## Documento

### O MANIFESTO CONTRA O PL DE DORIA



## Documento

### O PL 529/2020



O ofício, enviado na semana passada, faz um apelo aos deputados para que consideram o histórico de trabalho da Fundação Itesp, sua relevância na implementação de políticas públicas nas áreas agrícola, agrária e fundiária e as consequências, a longo prazo, de seu eventual fechamento.

“Sua extinção nessa época de pandemia passaria à cidadania de São Paulo um sinal desprovido de qualquer sentido, sem qualquer audiência pública, provocando a brusca interrupção de políticas de valorização da dignidade humana e de desenvolvimento regional. É claro que ninguém pode ser insensível à crise fiscal atravessada pelo País e por São Paulo. Mas, com criatividade e esforço de gestão, é possível alcançar a redução do aporte orçamentário à Fundação sem extingui-la”, diz um trecho do documento.





Erro de Alcolumbre gerou boleto: novo TRF

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

#### Tendências:

Senado defende no STF [reeleição para presidentes do Congresso](#)

Pré-candidato no Rio, [Paes anuncia apoio de ex-ministro Calero](#)

Foto usada [para atacar senadores por rejeição a veto](#) é retirada de contexto

[Saiba como funciona o Sleeping Giants Brasil](#), perfil contra fake news que incomoda o Planalto

[Eleições 2020](#): confira últimas notícias com os principais serviços sobre o pleito

# Quinze ex-secretários de Justiça de São Paulo vão à Assembleia Legislativa contra reforma de Doria que acaba com Instituto de Terras

Mobilização inédita de quadros importantes que chefiaram a Pasta nas últimas décadas reconhece a crise fiscal do Estado, mas destaca o papel da Fundação Itesp e sugere ao governo paulista 'criatividade e esforço

Ex-secretários de Justiça de São Paulo protestam contra a proposta de fechamento da Fundação Itesp.

Foto: Divulgação

Os ex-secretários destacam que pelo menos 20 mil agricultores familiares e 36 comunidades quilombolas que recebem assistência técnica da Itesp seriam prejudicadas com a interrupção de suas atividades.

A Fundação implementa ainda o Programa de Regularização Fundiária, em parceria com mais de 200 pequenos e médios municípios do Estado, para resolver conflitos de propriedade.

“E ainda há muito por fazer, considerados os mais de 450.000 hectares de áreas devolutas em litígios judiciais pendentes, que necessitam da Regularização Fundiária conduzida pela Fundação Itesp para superar cizânia ancestral e viabilizar segurança e mais desenvolvimento para todos”, afirma a manifestação.

**O PL de Doria. O Projeto de Lei 529/2020**, elaborado em conjunto pela Secretaria de Fazenda e pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão do governo, foi enviado por Doria para apreciação dos deputados em 12 de agosto. Além da Fundação Itesp, o texto propõe a extinção ou remodelação de outras nove unidades administrativas de setores que vão da Saúde ao Transporte.

“Atividades realizadas por entidades descentralizadas, integrantes da administração indireta do Estado, passaram a ser reavaliadas, culminado em proposta de descontinuidade e/ou transferência para outros órgãos e entidades da administração pública estadual ou, em casos específicos, à iniciativa privada”, diz a minuta do projeto.

Veja todas entidades que Doria propõe extinguir:

- Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp)
- Fundação Parque Zoológico de São Paulo
- Fundação para o Remédio Popular (Furp)
- Fundação Oncocentro de São Paulo (Fosp)
- Instituto Florestal
- Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo (CDHU)
- Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S. A. (EMTU/SP)
- Superintendência de Controle de Endemias (Sucen)
- Instituto de Medicina Social e de Criminologia (IMESC)
- Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp)

## MAIS NA WEB



PUBLICIDADE

**[Photos] Most Memorable Oscar Dresses of All Time**

The Primary Market

PUBLICIDADE

**Fathers day composition with crown on slate**

PUBLICIDADE

[Go Premium](#)

**Urologist: Try This If You Have An**

[Learn More](#)

## RECOMENDADAS PARA VOCÊ



**Senado defende no STF legalidade de reeleição para presidentes do Congresso**



**Sem Celso de Mello, 2ª Turma favorece réus e impõe reverses a Lava Jato**



**Debandada de ex-aliados de Moro**

DESTAQUES EM *POLÍTICA*

## Na frigideira com Moro



**STJ afasta Wilson Witzel do governo do Rio e manda prender pastor Everaldo e Lucas Tristão**



**Morosidade da Justiça deve ser erradicada, diz novo presidente do STJ**

 **Tendências:**

Senado defende no STF [reeleição para presidentes do Congresso](#)

Pré-candidato no Rio, [Paes anuncia apoio de ex-ministro Calero](#)

Foto usada [para atacar senadores por rejeição a veto](#) é retirada de contexto

[Saiba como funciona o Sleeping Giants Brasil](#), perfil contra fake news que incomoda o Planalto

[Eleições 2020](#): confira últimas notícias com os principais serviços sobre o pleito